

## Editorial

O volume dez, número um do ano de 2016 da Revista Virtual Direito Brasil, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se: A Arbitragem como Mecanismo de Resolução de Dissídios Individuais Trabalhistas; Tutelas Jurisdicionais de Urgência e Evidência à Luz do Código de Processo Civil; A Emenda Constitucional nº 72 e a Lei Complementar nº 150 de 2015; As Peculiaridades do Cartão de Crédito e o Sistema Jurídico Brasileiro; Sociedade Simples: *Breve Comentário ao Acórdão nº 03336073 do TJSP*; e Resenha do Livro: Uma Teoria do Direito Administrativo.

No primeiro texto intitulado A Arbitragem como Mecanismo de Resolução de Dissídios Individuais Trabalhistas, *Adeline Cristina Oliveira Caiado e o Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda* com objetivo de apresentar a arbitragem como mecanismo de resolução dos dissídios individuais trabalhistas, apresentam seus principais fundamentos, estrutura e aplicabilidade para dirimir os eventuais litígios sem a efetiva interferência do Poder Judiciária. Contudo, os autores objetivando maior imersão ao estudo da arbitragem a princípio explanam o processo do trabalho em seus princípios, organização, competência, partes e ação, evidenciando também outros meios alternativos extrajudiciais, em especial, a arbitragem.

No segundo artigo *Bianca Dutra Batista e Ailton Nossa Mendonça* escrevem sobre as Tutelas Jurisdicionais de Urgência e Evidência à Luz do Código de Processo Civil, dizendo que pela proposição da analisada legislação pertinente e no entendimento doutrinário sobre as tutelas jurisdicionais, pode-se verificar que as tutelas provisórias se subdividem em tutela de urgência e tutela de evidência. Salientam que, a tutela de urgência é gênero e possui como espécies a tutela antecipada e a cautelar, estando os dispositivos legais das referidas tutelas dispostos na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil, especificamente no Livro V. Os autores abordam as descrições de cada tipo de tutela, bem como o procedimento jurisdicional, realçando a importância de cada uma e aproximando todas as medidas quanto ao seu objetivo comum que através da moderna Lei Processual Civil visa um processo efetivo, justo, tempestivo e adequado, transformando o mecanismo do Poder Judiciário em uma prestação jurisdicional de forma mais simples e eficiente.

O terceiro texto A Emenda Constitucional nº 72 e a Lei Complementar nº 150 de 2015, de *Débora Amanda Munis Torres e do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda* apresenta as alterações legislativas referentes ao trabalho doméstico, em especial a Emenda Constitucional nº 72 e a Lei Complementar nº 150 de 2015, que regulamenta o trabalho dos empregados doméstico brasileiros. Os autores entendem que o aprofundamento do estudo sobre o tema é relevante, pois somente com tais alterações, é que os empregados domésticos passaram a gozar dos mesmos direitos trabalhistas dos demais trabalhadores brasileiros.

No quarto artigo a *Profa. Maria Bernadete Miranda* apresenta As Peculiaridades do Cartão de Crédito e o Sistema Jurídico Brasileiro, onde apresenta uma análise referente ao uso do cartão de crédito e os litígios daí decorrentes. Diz à autora que o cartão de crédito é uma das melhores formas de pagamentos da atualidade, discutindo-se cada vez mais sobre sua natureza e funcionalidade e que os frequentes litígios que envolvem este instituto são em sua maioria consequências de determinadas particularidades inseridas nos contratos e que para resolvê-los, o aplicador da lei não irá buscar uma legislação específica sobre a matéria, por se trata de um instrumento atípico em nosso ordenamento jurídico, ou seja, não há regulamentações próprias acerca desse projeto. Salienta a professora que, trata-se de um instituto possuidor de vasto campo de estudo e de grande polêmica em nosso meio jurídico, sobretudo no que tange ao Código de Defesa do Consumidor.

Na sequência a *Profa. Maria Bernadete Miranda* apresenta Sociedade Simples: *Breve Comentário ao Acórdão nº 03336073 do TJSP*, onde aborda a diferença entre sociedade simples e sociedade empresária e a sua respectiva tributação no que tange ao ISS.

Para finalizar a série de artigos *Vinícius Figueiredo de Souza* apresenta uma Resenha do Livro: Uma Teoria do Direito Administrativo. Um livro instigante, que coloca em xeque diversos paradigmas do direito público. Gustavo Binenbojm descreve diversos institutos jurídicos, bem como sua mutação através dos anos. O autor contesta a experiência jurídica contemporânea, demonstrando o pecado original da gênese do direito administrativo e a dogmática a serviço dos donos do poder. Questiona, como afirmado pela geração anterior de administrativistas, o valor do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. O livro trata de outras questões teóricas: da legalidade administrativa, da dicotomia vinculação x discricionariedade e da superação da Administração unitária. Nele são retratadas a importância dos direitos fundamentais no exercício da função administrativa e a democracia como elementos estruturantes do estado

democrático de direito. O fio condutor da obra é o fenômeno da constitucionalização do direito, a centralidade dos direitos fundamentais e a democracia, servindo como premissas teóricas para as mudanças de paradigmas propostas.

As Palestras proferidas pela *Profª Maria Bernadete Miranda*, são slides de apresentações no *power point* em forma de aulas, sobre diversos temas. Dentre eles, vale destacar *Princípios Específicos do Processo de Execução*.

Além dos Artigos e Palestras esta coletânea apresenta Ensaio de autoria da *Profª Maria Bernadete Miranda*, intitulado *Reajuste do Seguro de Vida para Idosos* e também, de convidados, dentre eles destaca-se: *Cultura de Educação*, da *Profa. Luciana Aguiar* e *Operação Lava Jato*, do *Prof. e Des. Newton De Lucca*.

A coletânea apresenta os resultados das pesquisas científicas realizadas pela *Profª Maria Bernadete Miranda*, juntamente com colegas do curso da graduação e da pós-graduação que, nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

***Profª Msc. Maria Bernadete Miranda***